

Calvino, calvinismo e a democracia

DAVID VALENTE

Advogado

Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal

«Não gosto que qualquer episódio sirva para esses calvinistas políticos me atacarem publicamente. Só falta pedirem para que eu seja chicoteado na praça pública», afirmou José Sócrates. O primeiro-ministro lamentava os comentários políticos decorrentes de ter cedido ao vício do tabaco e de ter fumado no avião fretado da TAP, que o levou de Lisboa para Caracas, depois do seu Governo ter restringido drasticamente o fumo.

Diário de Notícias, 16/5/2008

1. Calvino continua a ser no nosso meio, e até no mundo francês e protestante, grandemente estereotipado e desconhecido. Esta figura gigantesca da história universal gerou desde sempre amor e ódio, motivou entusiasmos e incompreensões, ergueu discípulos indefectíveis e adversários incansáveis. E estas intermináveis controvérsias operam-se entre aqueles que tem de Calvino um conhecimento apenas superficial e mesmo entre eruditos e especialistas.

Mesmo recentemente, e a propósito dos 500 anos de Calvino, o padre italiano Robert Spataro, presidente do Studium Theologicum Salesianum de Jerusalém, publicou num artigo na revista “Cristianità” onde escreve que Calvino foi um “*revolucionário de um radicalismo terrível, alimentado pela sua irritabilidade e pela sua violência Mandou crucificar sacerdotes católicos, mutilou-os horripelmente e mandou-lhes arrancar as entranhas e encher o seu cadáver de feno*”.

500 anos depois Calvino ainda incomoda e inquieta!

Vamos tentar compreender em traços gerais o contributo do pensamento de Calvino e do calvinismo para o nascimento das actuais sociedades de direito democrático.

2. Emile Doumergue (1844-1937) é o primeiro a querer demonstrar que João Calvino foi um dos principais fundadores das liberdades modernas. Numa obra extensa e bem fundamentada, que se espria por

DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

7 pesados volumes¹, Doumergue demonstra que as ideias do Grande Reformador, espalhadas pelos fiéis protestantes nos quatro cantos do mundo, lançaram as raízes da moderna democracia. E esta conclusão é partilhada por estudiosos posteriores.

Outros (Charles Mercier e Marc Edouard Chenenvière), porém, escrevem sem qualquer hesitação que aquela tese é errônea, e que o austero e severo Calvino ensinou sempre um teocracia rígida nitidamente em oposição com a ideia de soberania popular.

Com efeito, nas suas obras, Calvino não utiliza a palavra democracia profusamente. Na sua obra principal, *Instituição da Religião Cristã*, usa o termo apenas uma vez. No tomo IV, no capítulo “Sobre o Governo Civil”, Calvino escreve: “*Há três espécies de Governo Civil, a saber, a monarquia, que é a dominação de um só, ...a aristocracia, que é um governo pelos principais e gente de influencia, e a democracia, que é a dominação popular ...*”; e vem a concluir, mesmo que mitigadamente, que a forma preferível de poder é a aristocracia.

Parece assim resolvida a querela. Calvino nada tem a ver com o nascimento da democracia moderna.

Não é assim. Vejamos.

3. Calvino, tal como todos os outros grande reformadores, reconheceram a importância e a legitimidade do Estado. Para eles Igreja e Estado são duas esferas distintas, que não devem ser confundidas nem misturadas. No capítulo 20 do Livro IV da *Instituição*, “Sobre o Governo Civil”, afirma: “*O reino espiritual de Cristo e a ordem civil são duas coisas completamente diferentesNão podemos – como comumente acontece – imprudentemente confundi-las, pois ambas têm uma natureza completamente distinta*”. Para Calvino, Igreja e o Estado tem o direito de existir, sendo este também estabelecido por Deus, devendo, portanto, ser igualmente respeitado pelos cristãos. E porque distintos os dois domínios, a Igreja não deve ocupar-se das funções do Estado nem o Estado das funções e prerrogativas da Igreja.

Princípio interessante, sem dúvida base da actual ideia de separação da Igreja e do Estado, e um dos pilares da liberdade religiosa nas nossas sociedades modernas. Mas obviamente que Calvino não foi tão longe como os contemporâneos no desenvolvimento deste princípio, sobretudo na sua aplicação. Calvino afirma também que aquelas duas esferas não devem ficar indiferentes: “*Assim como acabamos de afirmar*

¹ Doumergues (Emile), *Les Hommes e les Chose de son temps*, 7 vol., Lausanne, La Cause, 1899-1927.

que o governo temporal é distinto do Reino espiritual e interior de Cristo, também temos de saber que eles não são contraditórios” (Inst., 4.20.2). A relação entre a Igreja e o Estado tem de ser harmoniosa e isso decorre do facto de que o Deus proclamado pela Igreja é também o Senhor do reino político, do Estado. A referida primazia, veja-se, é de Deus, não da Igreja, o que é inovador em relação a todas as anteriores doutrinas apresentadas pelos teólogos católicos romanos.

Ao contrário dos anabaptistas, defensores da indiferença e do afastamento dos cristãos em relação à vida pública, Calvino, analisando Romanos 13, afirma que o governo civil é uma dádiva de Deus e que a tarefa do governante é a mais sagrada e honrosa que existe (Inst., 4.20.4). Ele explica que o propósito do regime terreno é “proteger o serviço externo de Deus, criando condições para que todos possam viver em harmonia, defender a condição da igreja, regular as nossas vidas para a sociedade humana, moldar a nossa moral para a justiça civil, reconciliar-nos uns aos outros, e fomentar a paz e tranquilidade comum” (Inst., 4.20.2). Ele dá, portanto, mais atenção aos deveres do que aos direitos dos governantes.

4. Também os cidadãos tem deveres para com os governantes: obediência, devida à tarefa de governo, não necessariamente ao governante, em relação ao qual reconhece um direito de resistência, caso este quera levar os cidadãos à desobediência a Deus. Vejam como Calvino reconhece um direito de resistência que só encontra consagração nos nossos dias, e não em todas as sociedades². Apesar de o Estado se basear numa ordem divina, ele nunca ocupa o lugar de Deus. Deus continua sendo Senhor sobre a ordenação do governo que lhe continua sujeito. Obedecer a Deus e a ao governo temporal são duas coisas diferentes; e a obediência ao governo vem sempre depois da obediência a Deus, porque ele é o Senhor da Igreja e do Estado. Esse entendimento é importante em Karl Barth, quando, entre 1933-1934, critica a posição da Igreja Evangélica Alemã ante o governo do III Reich. Baseado em Calvino, e a partir de Actos 5.29, Barth declara que ninguém deve lealdade incondicional a qualquer governo ou sistema político, seja qual for, mas somente a Deus.

5. Para a tradição reformada existe uma relação entre o Estado e a Igreja, assim como entre a lei e o evangelho. Não se pode separar a justiça de Deus da sua graça. A Igreja não pode simplesmente delegar a noção de lei ao Estado e a sua proclamação deve incluir tanto a lei como

² Silvestre (Armando), *Calvino: o potencial revolucionário de um pensamento*, Vida, 2009.

DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

o evangelho, visto que ambos são formas da justa graça de Deus. Assim sendo, o cristão não pode ser indiferente à maneira como as autoridades governam, devendo esforçar-se e cooperar para que as leis se tornem mais harmoniosas com a vontade de Deus. Em virtude disso, os líderes reformados insistem em falar das funções do Estado. A sua função principal não é levar a espada, punir e fazer uso da força, mas preservar a vida e a comunidade, promover “o bem-estar e a paz comum”, para que “exista humanidade entre as pessoas” (*Inst.*, 4.20.3). Esta ideia coloca a igreja frontalmente contra toda injustiça económica e deixa bastante claro que a “pregação do evangelho está ligada à exigência de justiça social”. Comentando o Salmo 82.3, Calvino escreveu: “... um governo justo e bem regulado irá distinguir-se por preservar os direitos dos pobres e afligidos”. Para Calvino, o primeiro requisito para a humanização do Estado é proteger os fracos dos fortes (*Inst.*, 4.20.12).

A verdadeira justiça consiste em misericórdia para com o fraco e o necessitado, por isso uma das tarefas que a Igreja deve desempenhar em relação ao Estado é orar (1 Tm 2.1-2).

6. Calvino também se interessa pela área social, como acontece hoje com todos os Estados de Direito, afirmando que a Bíblia testifica acerca do senhorio de Deus sobre todas as dimensões da existência humana e, em particular, o desejo de Deus de que haja justiça e integridade nos relacionamentos. Mais uma vez, é na teologia de Calvino que se deve buscar o fundamento para as suas posições acerca das questões económicas e sociais.³ Ora, a verdade é que hoje não se fala em democracia moderna sem estado social e sem ordem económica ética e justa.

Deus criou os seres humanos para uma vida de solidariedade. Calvino afirma: “A palavra ‘próximo’ estende-se indiscriminadamente a todos os homens, porque toda a raça humana está unida por um sagrado vínculo de comunhão... Portanto, para que qualquer pessoa seja o nosso próximo, é suficiente que ela seja um ser humano”. Todavia, o pecado gerou as desigualdades que separam pessoas e comunidades. A avareza humana faz com que alguns tenham recursos em excesso e outros passem privações. Em Cristo, Deus começou a restaurar a humanidade para uma vida de integridade, embora essa restauração ainda não esteja completa. A Igreja, a comunhão dos remidos, deve não só vivenciar os valores de Deus para a vida humana, mas testemunhar sobre os mesmos diante do mundo. Não somente os cristãos individuais têm deveres nessa área, mas a Igreja, como tal, também tem de perseguir esses objectivos.

³ Biéler (André), *La Pensée Économique et Sociale de Calvin*, George Editeur, Geneve, 2009.

Em Genebra, as actividades sociais da Igreja por meio do diaconato concentravam-se em duas instituições. A mais importante era o Hospital Geral, que visava socorrer cidadãos locais em situação de penúria: idosos, doentes, inválidos, órfãos e menores abandonados. A outra instituição era o Fundo para os Estrangeiros Franceses Pobres ou Fundo Francês, destinado a dar assistência aos muitos refugiados carentes que afluíam àquela cidade. Os diáconos que administravam o fundo ajudavam os refugiados a obterem casa, cama, colchão e comida e ajudavam com pequenas doações em dinheiro; providenciavam ferramentas ou tirocínios para os aprendizes de ofícios; contratavam amas-de-leite ou mães adoptivas para bebés órfãos; ofereciam serviços médicos e farmacêuticos; contratavam alfaiates e costureiras para fazerem roupas para os pobres; auxiliavam pastores que aguardavam a nomeação para igrejas na França e as famílias de pastores que haviam morrido no exercício do seu ministério.

É importante destacar que a actuação de Calvino, dos pastores e da Igreja de Genebra ia muito além do simples assistencialismo, preocupando-se com as causas mais profundas da pobreza e buscando a eliminação dos problemas sociais. Ao longo dos anos, o Reformador insistiu continuamente com os governantes de Genebra, através do púlpito e da participação cívica para que as distorções morais, económicas e sociais da cidade fossem corrigidas. Entre as suas preocupações principais estavam a cobrança de juros exorbitantes e a especulação em torno dos preços dos alimentos, duas práticas particularmente lesivas para os elementos mais frágeis da sociedade.

Outra área decisiva na actuação social dos primeiros líderes reformados foi a sua ênfase na educação, com as profundas consequências que isso trouxe para a vida dos países nos quais se implantou a Reforma.

7. Mas a contribuição central de Calvino para a democracia moderna, para o actual estado de direito, é a nova carta de identidade que concede ao individuo. Calvino eleva o individuo ao nível de uma universalidade, estado até ao qual nunca tinha chegado.

A partir do texto de Romanos 2:14 (*“Quando os gentios que não tem lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei para si mesmo são lei”*) Calvino proclama uma cidadania que não é particular, nem grega, nem romana, nem protestantes, nem católica, mas na qual todos os homens se podem projectar, abstraindo-se dos seus valores particulares. A contribuição de Calvino para a democracia moderna passa por uma nova definição do homem, encontrada no confronto entre a pessoa e a sua consciência, enfatizando a responsabilidade individual em todos os sectores da vida.

DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

É essa nova definição que está na base daquilo que é por ventura a ideia mais radical do seu pensamento: o sacerdócio universal dos crentes. É o homem, o cristão, quem, diante de Deus e da sua consciência, vai governar a Igreja⁴, criando o Reformador uma eclesiologia completamente nova que rejeita o princípio hierárquico ainda hoje específico da Igreja Católica Romana.

Por outro lado, recorrendo ao referido texto de Romanos, Calvino, depois de ter apresentado um Estado sujeito a Deus (não à Igreja), que pode garantir a aplicação das leis justas, vai pensar num direito racional que assegure uma ética universal fundada sobre esta universalidade nova; substituindo uma lei moral por a consciência de todos e cada um dos homens, pagão ou cristão, o pensamento de Calvino vai inspirar calvinistas posteriores que vão construir uma reflexão sobre os fundamentos de uma sociedade justa, livre, responsável, democrática, solidária, onde a posição de todos é respeitada.

Esta contribuição de Calvino leva a que as principais ideias medievais e modernas sobre a matéria sejam subvertidas. Não é mais o príncipe o responsável pela religião; já não basta a garantia “*cuius regio ejus religio*” (consagrado em 1555 na Paz de Augsburgo). É o indivíduo e a sua consciência que devem optar nesta matéria.

Calvino desenha já o embrião do Edito de Nantes, que haveria de surgir no fim do século, em 1598, dando liberdade de culto aos huguenotes franceses e que é o primeiro direito fundamental a ser reconhecido dentre o catálogo dos direitos fundamentais dos nossos Estados de Direito actuais.

8. Foram os herdeiros de Calvino que levaram a sua teologia profundamente bíblica e teocêntrica e o seu revolucionário pensamento social às suas últimas implicações. John Leith observa: “*A maior contribuição de Calvino para a teoria política não deve ser buscada em quaisquer propostas específicas, mas na sua teologia. A insistência no senhorio de Deus, diante do qual todos os seres humanos são iguais, e a insistência em que todas as pessoas são pecadoras, quando traduzidas em acções políticas foram poderosos incentivos para uma ordem política de controle mútuo entre os órgãos governamentais*”⁵. As experiências dos huguenotes na França e dos puritanos na Inglaterra na luta contra a tirania real e a intolerância contribuíram

⁴ No protestantismo, na eclesiologia proposta por Calvino e aceite em todas as confissões protestantes, são os fiéis, através de representantes, e não o sacerdote ou o bispo, quem governa a comunidade.

⁵ Leith (John), *Introduction to the Reformed Tradition*, p. 215.

para o fortalecimento da democracia representativa e de outras importantes conquistas do mundo moderno. Na América do Norte, os calvinistas da Nova Inglaterra lançaram os fundamentos de uma grande nação através de seus valores bíblicos, de suas instituições políticas e de seu sistema educacional. E o mesmo aconteceu na Escócia, na Holanda e em outros países.

9. Como um homem do seu tempo, Calvino experimentou certos condicionamentos e limitações no seu pensamento e acção. Por exemplo, ele aceitou tacitamente a ordem social e política então vigente, de forte integração e colaboração entre a Igreja e o Estado. Em Genebra, todos os cidadãos eram, em princípio, ao mesmo tempo cidadãos do Estado e membros da Igreja reformada. Os males desse sistema hoje são apontados. A Igreja usava as instituições do Estado para impor a sua disciplina a todos os cidadãos ou moradores, e o Estado, por sua vez, sentia-se livre para interferir em vários aspectos da vida da Igreja e da esfera religiosa. Hoje, com o princípio amplamente adoptado da separação entre Igreja e Estado, entendemos que isso não é mais aceitável.

A influencia de Calvino no mundo actual foi ampla e muito profunda. Podemos indicar alguns calvinistas marcantes no século que passou: o primeiro-ministro da Holanda o pastor e teólogo reformado Abraham Kuyper, que muito promoveu a justiça e a paz social em seu país. Outro governante calvinista que se destacou pela sua coerência e equilíbrio, principalmente na área sensível da política internacional, foi o presidente norte-americano Woodrow Wilson (1913-1921). Posteriormente, o reformado suíço Karl Barth (1886-1968), o mais influente teólogo do século XX, notabilizou-se por sua corajosa denúncia do nacional-socialismo de Hitler, o que levou à sua expulsão da Alemanha, onde trabalhava como professor. Foi ele o autor da *Declaração Teológica de Barmen*, o documento com o qual a Igreja Confessante alemã se posicionou oficialmente contra o nazismo. Mais recentemente, houve uma participação decisiva dos reformados na luta contra o opressivo regime comunista da Romênia.

Debaixo do estereotipo de Calvino, ainda hoje visto como alguém introvertido, severo ou mesmo fundamentalista, está uma figura cujo pensamento, vincado naturalmente pelos sinais da sua época, é promotor da democracia, da justiça social e da responsabilidade individual. Sem pejo, podemos concluir que Calvino lançou os fundamentos teóricos e práticos, como nenhum outro da sua época, para a construção dos actuais sistemas políticos, complexos e democráticos, e para o seu equilíbrio com o social e o religioso.



DAVID VALENTE – Calvino, calvinismo e a democracia

Outra bibliografia

Cottret (Bernard), *Calvin – A Biography*, T.&T. Clark, Edimburg, 1995.
Encyclopédie du protestantisme, direction de Pierre Gisel, 2.^a ed., PUF, Labor et Fides, 2006.

Muller (Richard A.), *The Unaccommodated Calvin*, Oxford University Press, 2000.

